

Quadro comparativo dos resultados eleitorais dos principais partidos

Publicamos hoje o quadro comparativo dos resultados obtidos pelos principais partidos portugueses nas três eleições partidárias que já se efectuaram no nosso país depois do 25 de Abril, documento que a maioria dos nossos leitores estimará arquivar.

Trata-se de um trabalho do nosso Gabinete de Documentação, em que figuram os resultados eleitorais, em termos de percentagens, obtidos pelos

partidos que concorreram às eleições para a Assembleia Constituinte, para a Assembleia da República e para as autarquias locais, além das respectivas abstenções e votos brancos e nulos, por distritos.

Relativamente aos partidos que já está comprovado serem partidos menores da democracia portuguesa, limitamo-nos a registar os valores percentuais de votos obtidos naquelas duas primeiras eleições, enquanto para as cinco formações políticas que pelo menos têm assento no actual parlamento apresentamos os valores referentes aos três actos eleitorais.

As análises comparativas a que este género de trabalho se presta, para além das que já tentámos efectuar, ficam ao critério dos nossos leitores.

DISTRITOS	Abstenções %			Votos em Branco ou Nulos	PS %			PSD/ %			CDS %			P > P %		MDP CDE %	FSP %		FE PU %	UDP %		MES %		GDUP's %	PDC %	PPM %		MRPP %	PCP(mi) %	AOC %	LCI %	PRT %	FEC(mi) %	PUP %								
	1975	1976	Autarq.		1975	1976	Autarq.	1975	1976	Autarq.	1975	1976	Autarq.	1975	1976		1975	1976		1975	1976	1975	1976			1975	1976								1975	1976	1975	1976	1975	1976	1975	1976
	AVEIRO	8,21	15,24		33,33	31,73	330,85	28,00	42,94	35,04	35,90	11,06	22,45	23,32	3,10		3,76	3,89		-	0,38	6,62	-			0,82	0,99								0,47	0,50	-	0,36	0,41	-	0,29	-



Tinham-nos garantido que os «Cadernos de «O Jornal» andavam misturados com revistas pornográficas e nós quisemos comprová-lo. Gastámos 25\$00, adquirimos um daqueles pacotes-surpresa com «Os melhores magazines nacionais e estrangeiros de humor, cinema, sexo e aventura» (sic), de conteúdo «Interdito a menores de 18 anos» e pudemos, então, comprovar que sim, que é mesmo verdade. Os «cadernos» do prestigiado semanário dirigido pelo nosso ilustre camarada Joaquim Letria saem de «brinde» a quem se dispuser a adquirir mais quatro revistas pornográficas. Deve ser, aliás, a quem vem anunciada como «mais... 1 grátis», apesar de estes cadernos de «O Jornal» custarem 20\$00 a quem por ventura pretendesse comprá-los isoladamente, o que, pelos vistos, não deve acontecer frequentemente.

Aliás, qualquer das cinco revistas insertas neste pacote-surpresa deve estar em crise de comercialização, pois a «Luxúria» custa 10\$00, «O Erotismo no Cinema» 12\$50, o «Pussycat» 45\$00, «o Pasquim» 7\$50, o que perfaz 75\$00 (já descontando o «brinde» de mais 20\$00 dos «Cadernos de O Jornal»).

Registamos esta insólita circunstância, por nos parecer chocante que os editores de pornografia andem a tentar aproveitar-se dos atractivos da prosa séria de «O Jornal» para conseguirem comercializar (e ao desbarato) os seus degradantes produtos.

IMPRESA SOB INTERVENÇÃO ESTATAL

Qual o destino de alguns diários?

O futuro dos sete jornais diários de Lisboa e do Porto estatizados ou sob intervenção do Estado, em consequência da estatização da banca privada decretada em Março de 1975 (um oitavo, o «Jornal do Comércio», já deixou de publicar-se há alguns meses), vai decidir-se no próximo mês de Janeiro, desconhecendo-se, porém, qual será o seu futuro. Circulos oficiais admitem, contudo, a eventualidade de alguns virem a interromper a publicação, como é o caso de «O Século», que o Governo já teria planeado encerrar, a menos que se encontrasse uma solução para o saneamento financeiro da SNT. Para encerrar o velho diário, o matutino de Lisboa que mais independência afirmou ao longo do anterior regime, respeitando as suas tradições liberais e republicanas, as autoridades ter-se-iam fundamentado na baixíssima tiragem de «O Século», que viu as suas vendas descerem espectacularmente depois do «11 de Março», quando os comunistas passaram a ter o controlo total do jornal. Em todo o caso, os prejuízos da empresa, que edita mais três publicações, são muito mais reduzidos do que os do «Diário de Notícias»: enquanto este deve chegar ao fim do ano com um «déficit» da ordem dos duzentos mil contos, na empresa de «O Século», o prejuízo pouco ultrapassará os cem mil.

eliminando-se o que não apresenta condições económicas de exploração e centralizando-se os trabalhos gráficos nos equipamentos tecnicamente evoluídos; a redução de números efectivos, com criação de um quadro de adidos para o pessoal que vier a ficar desocupado; o saneamento financeiro das unidades existentes, o condicionamento do número de páginas e da margem de sobras e a centralização da distribuição, admitindo-se igualmente a «reprivatização» de algumas empresas e a suspensão de certas publicações periódicas, cuja exploração se mostre de todo inviável.

Entretanto, o Governo não deixou de acorrer mais uma vez às solicitações dos jornais, em graves dificuldades para liquidar os salários de Dezembro e, nalguns casos, mesmo o 13.º mês. O conjunto das empresas jornalísticas intervenionadas tem custado, nos últimos dois anos, qualquer coisa parecida com cinquenta mil contos mensais, tendo as suas tiragens acusado significativas descidas (em certos casos, metade das vendas anteriores ao «25 de Abril»). O exemplo de «O Século» é flagrante: dois mais de cinquenta mil que vendia diariamente, viu subir a tiragem após o «25 de Abril», mas a partir do «28 de Setembro» começou a descer, até que, passado o «11 de Março», a venda foi diminuindo gradualmente, chegando à ordem dos dez mil. Como ele, outros casos há, semelhantes, embora as percentagens não tenham tão grande expressão. Por isso se compreende o constante apelo aos cofres do Estado, como acaba de se verificar novamente: 36 450 contos para o «Diário de Notícias» e «A Capital», trinta e dois mil para «O Século» e o «Diário Popular», três mil, quinhentos e trinta e oito para o «Diário de Lisboa», cinco mil,

novocentos e setenta e seis para o «Jornal do Comércio», três mil e dezasseis para o «Jornal de Notícias» do Porto e quatro mil para «O Comércio do Porto». Vale a pena recordar que o «Diário Popular» invocou nos últimos tempos, em notícias a que deu o maior destaque, já não precisar de pedir subsídios ao Governo.

único dos periódicos sob intervenção que não está representado na citada comissão, presidida por Lyon de Castro, presidente do conselho de administração do «Diário de Notícias». Em face disso, tais medidas são interpretadas como um desejo de se procurar que o matutino da Avenida da Liberdade fique liberto da concorrência.

AS INQUIETAÇÕES EM «O SÉCULO»

Entretanto, os projectos do Governo vieram causar mais perturbações no interior de «O Século», a braços com nova crise, não obstante os responsáveis pelo núcleo local do PS terem feito circular na empresa a notícia de que as autoridades tinham um excepcional plano para o futuro do jornal. Alguns observadores, todavia, argumentam que tal plano poderia passar por um investimento privado, a que não seriam estranhos capitais líbios, para o que decorreriam já negociações. No entanto, em vários círculos políticos, insiste-se que a hipótese com mais viabilidade encarada pelo Governo, seria a do encerramento de «O Século», projecto que teria maior dificuldade em concretizar se estivesse na direcção do jornal uma destacada figura política, como é o caso do dr. Nandim de Carvalho, deputado do PSD/PPD, cuja nomeação a Presidência do Conselho de Ministros e a Secretaria de Estado da Comunicação Social vieram a considerar inválida. De resto, as raízes do jornal têm estado a ser destruídas pela comissão de reestruturação da Imprensa estatizada, que já levou dali o excelente ficheiro da rede de agentes (a melhor de todos os jornais portugueses), enquanto o programa de progressivo apagamento do jornal se põe em marcha. Além disso, «O Século» é o

Nandim de Carvalho foi director de «O Século», apenas vinte e quatro horas, tendo a sua designação sido acordada cerca de duas semanas antes com o próprio Governo e recebendo parecer favorável do conselho da redacção, não obstante posteriormente surgir uma moção muito ambigua dos «trabalhadores da redacção», na qual se poderia depreender não ter havido escrupuloso respeito pela Lei de Imprensa. Nandim de Carvalho tomara posse na presença dos dois administradores para «O Século», do citado conselho e da comissão de reestruturação da Imprensa, na ocasião a fazer um inquérito na empresa. Visitou todas as dependências, tendo uma longa troca de impressões técnicas com os tipógrafos, e efectuou reuniões com elementos mais qualificados da redacção, incluindo o citado conselho, acordando-se na elaboração de um estatuto editorial. O Governo, porém, destituiu um dos administradores e considerou inválida a nomeação do director, o que foi classificado como medida arbitrária, já que o Governo não tem competência para nomear ou destituir directores de jornais. O PSD/PPD denunciou esse comportamento como ilegal, afirmando que «a liberdade de Imprensa periga em Portugal» e que «há um Governo que, pelo seu arbitrio, se demitiu do respeito que deve à Constituição e ao País».

Ao dispor das Exmas. Classes Médica e Farmacéutica

influvac

vacina antigripal trivalente
ampolas de 1 dose (0,5 ml)

O influvac tem a composição recomendada pela O.M.S. para a presente época:

A/New Jersey/8/76	400 U. I.
A/Victoria/3/75	400 U. I.
B/Hong Kong/8/73	360 U. I.
Total por dose	1160 U. I.

DUPHAR PHILIPS-DUPHAR B. V. — Amsterdam-Holanda
Representante:
REPREFAR, LDA. — Calçada do Correio Velho, 3-2.º — Lisboa-2

Comentários em «O Estado de S. Paulo»

O problema de «O Século», tal como sucedera no Verão de 75 com o vespertino «República», teve repercussões internacionais. «O Estado de S. Paulo», por exemplo, fez-se eco das tomadas de posição que imputaram ao Governo a «tentação totalitária» de monopolizar em seu exclusivo proveito os jornais estatizados. Tecendo considerações sobre as reclamações do PSD/PPD, diz o jornal paulistano que «o PSD pode ter muita razão», mas «não tem é a faculdade de dispor da Secretaria do Tesouro». Escreve o articulista: «Essa faculdade possui-a indiscuti-

velmente o PS. E muito bobo seria o partido do dr. Mário Soares se, tendo poder na mão, e concomitantemente as chaves dos cofres públicos, caísse em financiar qualquer um dos cinco ou seis jornais que caíram sob a tutela do Estado para o colocar ao serviço do seu próximo antagonista».

Segundo «O Estado de S. Paulo», a «situação dos maiores órgãos da Imprensa portuguesa em nada é mais dignificante do que o fora durante o regime deposto», assinalando que após o «25 de Abril», em vez de vários patrões, passou a haver apenas um para a maioria dos

diários. «É verdade — adianta-se — que os brindaram com uma Lei de Imprensa democrática, sendo a censura totalmente abolida. Mas o povo, notando que todos eles afinavam pelo mesmo diapasão, passou a preferir outros jornais mais novos que lhe revelavam coisas em que os mais velhos não tocavam e num tom de agressividade e rebeldia que o encantava».

O articulista é bastante severo na crítica final que faz ao problema da nossa Imprensa, suscitada pelo caso «O Século», escrevendo: «O que há

de imoral em tudo isto, não é o facto de o Partido Socialista se locupletar sozinho com essa corja de anjos louvaminheiros, sem ter a condescendência de repartir alguns deles com os seus adversários. Verdadeiramente imoral (independentemente de qual seja o partido no Governo), é que seja a própria Nação, que repudia e despreza tais jornais, a ser forçada a desembolsar todos os anos 600 milhões de escudos, através de impostos, para manter cheio o comedouro dos jornalistas que os fazem para exclusivo regalo do Governo».